



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº
1.861, DE 2019

Dispõe sobre o tratamento
fisioterapêutico por eletroestimulação de
pacientes com incontinência urinária e fecal
no Sistema Único de Saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a inclusão do tratamento
fisioterapêutico por eletroestimulação dos pacientes diagnosticados com
incontinência urinária e/ou fecal, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Art. 2º Fica incorporado ao Sistema Único de Saúde o tratamento
fisioterapêutico por eletroestimulação aos pacientes com diagnóstico de
incontinência urinária e/ou fecal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta
dias da sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em 19 novembro de 2019.

Deputado Antônio Brito
Presidente